



Superior Tribunal
Militar

2º SIMULADO ESPECIAL

STM

Técnico Judiciário
Área Administrativa
Agente da Polícia Judicial
Pós-Edital

Simulado

2º Simulado Especial STM (Técnico Judiciário - Agente da Polícia Judicial)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Técnico Judiciário - Agente da Polícia Judicial do STM**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/TXHzCgTs2zpummwx5>

01 - ☐ C ☐ E	16 - ☐ C ☐ E	31 - ☐ C ☐ E	46 - ☐ C ☐ E	61 - ☐ C ☐ E	76 - ☐ C ☐ E	91 - ☐ C ☐ E	106 - ☐ C ☐ E
02 - ☐ C ☐ E	17 - ☐ C ☐ E	32 - ☐ C ☐ E	47 - ☐ C ☐ E	62 - ☐ C ☐ E	77 - ☐ C ☐ E	92 - ☐ C ☐ E	107 - ☐ C ☐ E
03 - ☐ C ☐ E	18 - ☐ C ☐ E	33 - ☐ C ☐ E	48 - ☐ C ☐ E	63 - ☐ C ☐ E	78 - ☐ C ☐ E	93 - ☐ C ☐ E	108 - ☐ C ☐ E
04 - ☐ C ☐ E	19 - ☐ C ☐ E	34 - ☐ C ☐ E	49 - ☐ C ☐ E	64 - ☐ C ☐ E	79 - ☐ C ☐ E	94 - ☐ C ☐ E	109 - ☐ C ☐ E
05 - ☐ C ☐ E	20 - ☐ C ☐ E	35 - ☐ C ☐ E	50 - ☐ C ☐ E	65 - ☐ C ☐ E	80 - ☐ C ☐ E	95 - ☐ C ☐ E	110 - ☐ C ☐ E
06 - ☐ C ☐ E	21 - ☐ C ☐ E	36 - ☐ C ☐ E	51 - ☐ C ☐ E	66 - ☐ C ☐ E	81 - ☐ C ☐ E	96 - ☐ C ☐ E	111 - ☐ C ☐ E
07 - ☐ C ☐ E	22 - ☐ C ☐ E	37 - ☐ C ☐ E	52 - ☐ C ☐ E	67 - ☐ C ☐ E	82 - ☐ C ☐ E	97 - ☐ C ☐ E	112 - ☐ C ☐ E
08 - ☐ C ☐ E	23 - ☐ C ☐ E	38 - ☐ C ☐ E	53 - ☐ C ☐ E	68 - ☐ C ☐ E	83 - ☐ C ☐ E	98 - ☐ C ☐ E	113 - ☐ C ☐ E
09 - ☐ C ☐ E	24 - ☐ C ☐ E	39 - ☐ C ☐ E	54 - ☐ C ☐ E	69 - ☐ C ☐ E	84 - ☐ C ☐ E	99 - ☐ C ☐ E	114 - ☐ C ☐ E
10 - ☐ C ☐ E	25 - ☐ C ☐ E	40 - ☐ C ☐ E	55 - ☐ C ☐ E	70 - ☐ C ☐ E	85 - ☐ C ☐ E	100 - ☐ C ☐ E	115 - ☐ C ☐ E
11 - ☐ C ☐ E	26 - ☐ C ☐ E	41 - ☐ C ☐ E	56 - ☐ C ☐ E	71 - ☐ C ☐ E	86 - ☐ C ☐ E	101 - ☐ C ☐ E	116 - ☐ C ☐ E
12 - ☐ C ☐ E	27 - ☐ C ☐ E	42 - ☐ C ☐ E	57 - ☐ C ☐ E	72 - ☐ C ☐ E	87 - ☐ C ☐ E	102 - ☐ C ☐ E	117 - ☐ C ☐ E
13 - ☐ C ☐ E	28 - ☐ C ☐ E	43 - ☐ C ☐ E	58 - ☐ C ☐ E	73 - ☐ C ☐ E	88 - ☐ C ☐ E	103 - ☐ C ☐ E	118 - ☐ C ☐ E
14 - ☐ C ☐ E	29 - ☐ C ☐ E	44 - ☐ C ☐ E	59 - ☐ C ☐ E	74 - ☐ C ☐ E	89 - ☐ C ☐ E	104 - ☐ C ☐ E	119 - ☐ C ☐ E
15 - ☐ C ☐ E	30 - ☐ C ☐ E	45 - ☐ C ☐ E	60 - ☐ C ☐ E	75 - ☐ C ☐ E	90 - ☐ C ☐ E	105 - ☐ C ☐ E	120 - ☐ C ☐ E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Df6b>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Luiz Felipe***TEXTO**

O time mais robusto de cientistas do mundo, o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC, em inglês), divulgou, nesta segunda-feira, um novo relatório sobre o caminho para limitar o aquecimento global a 1,5 grau e assim cumprir o histórico Acordo de Paris. É uma tarefa que envolve escolhas difíceis e urgentes, e só poderá ser alcançada se não perdermos mais tempo. Para líderes políticos e corporativos, a mensagem é clara: “Ajam agora!”.

Atualmente, já enfrentamos 1° C de aquecimento. Para os cientistas da ONU, que revisaram mais de 6 mil estudos, estamos muito próximos de atingir 1,5° C e até mesmo chegar a 2° C de aquecimento já na primeira metade deste século, ou seja, daqui a apenas trinta anos. Esse é o nível mínimo seguro para a forma como vivemos no planeta. A solução possível, diz o relatório, é reduzir pela metade até 2030 a emissão de gases que esquentam o planeta, para então zerá-la em 2050, além de absorver parte do carbono que já está na atmosfera. Nesse caminho, não bastam apenas novas tecnologias e energia limpa – as florestas também terão papel fundamental.

O estrategista internacional de Florestas do Greenpeace, Paulo Adário, diz que “no cenário traçado pelo IPCC, o futuro da humanidade depende não apenas de eliminarmos os combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, e zerar o desmatamento em escala mundial para reduzir as emissões, mas também proteger florestas, savanas e outras formas de vegetação natural para capturar o excesso de CO₂ que já está na atmosfera e o que ainda será emitido na fase de transição para uma economia neutra em carbono”. Para ele, a melhor e mais aceitável forma de fazer isso é adotar, em escala global, um ambicioso programa de restauração das florestas degradadas, “afinal, as árvores são ‘usinas’ naturais de captação de carbono desenvolvidas e testadas há milhões de anos”, afirma.

No Brasil, líderes políticos e empresariais têm o dever de ampliar os compromissos já assumidos com a comunidade global e adotar as medidas necessárias para

nos proteger dos impactos que já estão sendo sentidos, como secas severas prolongadas e tempestades com força recorde. “Além de acelerar a transição para uma matriz energética 100% limpa e renovável, o país tem o desafio de revolucionar o setor agropecuário — que responde por cerca de 70% das emissões brasileiras — e trazê-lo para um patamar sustentável”, afirma.

2° C de aquecimento global é muito mais perigoso do que se pensava quando o Acordo de Paris foi assinado, em 2015. Estamos mais perto de pontos críticos de ruptura dos ecossistemas e outros riscos importantes do que pensávamos. Limitar o aquecimento a 1,5° C em vez de 2° C faria uma enorme diferença para a vida nos oceanos e na Terra. Protegeria centenas de milhões de pessoas de frequentes ondas extremas de calor, reduziria pela metade a proporção de populações que sofrem com a escassez de água e ajudaria a atingir metas de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza.

Limitar o aquecimento a 1,5° C ou menos é um desafio, mas ainda é possível, se formos rápidos, ousados e afortunados, e acelerarmos nossa ação em todas as frentes agora. Os próximos anos são críticos para o mundo embarcar em um caminho de transformação que reduza as emissões de gases de efeito estufa e aumente as florestas em direção a uma economia neutra em carbono. Com as atuais metas climáticas dos países para 2030, não teríamos chance. Então elas devem ser melhoradas.

(Por Rodrigo Gerhardt, 2018 — Disponível em www.greenpeace.org/brasil. Adaptado)

Com base nas informações do texto, julgue os itens a seguir.

1. De acordo com o texto, o controle do aquecimento global está principalmente na redução de gases do efeito estufa.
2. De acordo com a comunidade científica, o aquecimento global é inevitável.
3. Segundo o texto, somente agora a comunidade científica reconheceu o perigo do aquecimento em 2° C.

4. Depreende-se que a maior parte da emissão de gases poluentes no mundo provém do setor agropecuário.
5. Segundo o texto, os dados recentemente divulgados resultaram de pesquisa norte-americana.
6. Nesse texto, o autor opina com base em argumentos factuais.
7. O autor do texto limita-se a abordar o assunto com imparcialidade.

Com base em seus conhecimentos linguísticos, julgue os itens a seguir.

8. Os sentidos e a correção gramatical do trecho “Tudo deveria estar ligado a sintomas” seriam preservados caso fosse reescrito da seguinte forma: **Tudo deveria estar relacionado à sintomas.**
9. No trecho “A verdade do que se dissera”, a anteposição da partícula “se” ao verbo justifica-se pela presença do vocábulo “que”.
10. No trecho “Todos querem, principalmente, que as oportunidades sejam mais iguais”, a segunda vírgula tem a finalidade de marcar o sentido explicativo da oração iniciada pelo vocábulo “que”.
11. Em “nomes de cantores e equipes premiados”, a substituição de “premiados” por **premiadas** não resultaria em erro gramatical, mas alteraria o sentido, uma vez que a concordância passaria a ser estabelecida com o termo “equipes”.
12. Em “Esse diz respeito a um dos planos de recuperação fiscal implementados na última década”, a substituição do trecho “diz respeito a” por **trata-se de** prejudicaria a correção gramatical.

13. O emprego das vírgulas que isolam o vocábulo ‘portanto’ em “Ele será, portanto, entregue às autoridades” justifica-se pela posição dessa palavra na oração em que se insere.
14. É facultativa a conjugação no singular ou no plural da forma verbal em “ao menos 75% dos entrevistados afirmaram”. Ambas as possibilidades manteriam a correção gramatical.
15. Os sentidos e a correção gramatical do texto seriam preservados caso o trecho “No entanto, nenhum imunizante está disponível para a população” fosse assim reescrito: **Portanto, não há ainda imunizante disponível para a população.**
16. No trecho: “Foram vinte reclamações – em menos de uma hora -, nenhuma delas envolvendo atrasos na entrega”. O vocábulo “delas” remete à expressão “vinte reclamações”.
17. Os termos destacados em “A partida está no fim” (2º parágrafo) e “O jogo acabava ali.” desempenham a mesma função no texto.
18. Em “sê-lo”, “obrigá-los” e “viver”, as formas verbais estão no modo infinitivo.
19. O trecho destacado em “A compreensão **de que os homens uniformizados devem ser mais temidos** reinava naquele tempo” exerce a função de adjunto adnominal do vocábulo **compreensão**.
20. Sem prejuízo da correção gramatical e da coerência do texto, o período “A economia é tomada como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, admitindo sua importância em diferentes esferas da sociedade” poderia ser reescrito da seguinte forma: **Toma-se a economia como ciência e ponto de partida para diversas análises de cunho social, reconhecendo sua importância em diferentes esferas da sociedade.**

LEI Nº 8.457/1992 E SUAS ALTERAÇÕES*Tiago Zanolla*

- 21.** Após denúncia do Ministério Público Militar, um capitão-de-corveta da Marinha é acusado de peculato em concurso com três terceiros civis. Antes do recebimento da denúncia, ele é promovido a capitão-de-fragata. Considerando que a conduta imputada ocorreu no exercício da função militar a bordo de navio da esquadra em missão internacional, a lei determina que o processo seja julgado por Conselho Especial de Justiça formado por um(a) juiz(a) federal da Justiça Militar, dois oficiais-generais e dois oficiais-superiores sorteados, podendo a sessão ser realizada fora da auditoria-sede se assim deliberar o STM, por motivo de ordem pública ou de interesse da Justiça.
- 22.** Além da Secretaria do STM e das Secretarias das Auditorias, o Ministério Público Militar pode executar Serviços Auxiliares da Justiça Militar sempre que houver disponibilidade orçamentária e autorização do Presidente do Tribunal.
- 23.** A Corregedoria da Justiça Militar — órgão de fiscalização e de orientação jurídico-administrativa — é integrada, obrigatoriamente, por um Ministro-Corregedor, um Juiz-Corregedor Auxiliar, um diretor de Secretaria e pelos servidores constantes do quadro legal; pode, porém, em tempos de Guerra, ser acrescida de segundo Juiz-Corregedor Auxiliar mediante deliberação do Plenário do STM, desde que haja disponibilidade orçamentária.

REGIMENTO INTERNO*Tiago Zanolla*

**COM BASE NO REGIMENTO INTERNO DO STM,
JULGUE OS ITENS A SEGUIR:**

- 24.** Para sanar erro inescusável praticado por juiz federal da Justiça Militar, a correição parcial pode

ser requerida pela parte diretamente ao Superior Tribunal Militar; recebido o requerimento, o juiz militar limitar-se-á a certificar o protocolo e a suspender o curso do processo até que o STM delibere sobre o ato impugnado, sem necessidade de ouvir a parte contrária.

- 25.** O pedido, formulado por autoridade militar, de substituição de juiz-militar que integra Conselho Permanente de Justiça — quando fundado em “relevante interesse da administração militar” — deve ser dirigido diretamente ao Superior Tribunal Militar, onde será autuado e distribuído; antes de submetê-lo ao Plenário, o relator ouvirá o Ministério Público Militar, e somente após decisão plenária a substituição poderá ocorrer, sendo vedado ao juiz federal da Justiça Militar adotar qualquer providência ou intermediar o expediente.
- 26.** A túnica verde-oliva (padrão 5º Z-1) constitui uniforme privativo dos Ministros militares oriundos do Exército e, em consequência, não pode ser utilizada pelos Ministros militares da Marinha ou da Aeronáutica nas sessões do Tribunal.
- 27.** As decisões proferidas em habeas corpus de competência originária do STM integram, ao lado da apelação e da revisão criminal, o rol taxativo de processos passíveis de revisão previsto no art. 14 do RISTM.
- 28.** A Ouvidoria do STM, por se vincular diretamente ao Plenário, pode dialogar com órgãos externos, recomendar mudanças legislativas e celebrar convênios interinstitucionais, desde que as iniciativas sejam previamente aprovadas pelo Plenário ou referendadas por ele, sendo inválido o envio unilateral de relatórios oficiais ao Senado Federal.

29. Caso o Plenário do STM venha a ser dividido em turmas por emenda regimental, caberá ao Conselho de Administração definir a competência de cada turma e a distribuição de Ministros entre elas, respeitado o critério da antiguidade.

Em janeiro de 2025 sobrevieram, quase simultaneamente, **três vagas civis** no STM:

- **Vaga A** — decorrente da aposentadoria compulsória de Ministra civil advogada;
- **Vaga B** — decorrente da renúncia, durante o primeiro biênio de mandato, de Ministro civil membro do Ministério Público Militar (MPM);
- **Vaga C** — decorrente do falecimento de Ministro civil juiz federal da Justiça Militar (JF-JMU).

Para suprir essas vagas, o Presidente da República submeteu ao Senado Federal a seguinte lista tríplice de indicações, acompanhada de justificativa:

Nome	Idade	Profissão	Dados adicionais
1 – Dra. Luciana	42 anos	Advogada	Exercício da profissão e Inscrição na OAB há 12 anos; professora de direito penal militar; pareceres citados em acórdãos do STM.
2 – Dr. Artur	46 anos	Juiz Federal da JMU	18 anos de magistratura; atuou em 6 das 12 Auditorias; mestre em direito constitucional.
3 – Procuradora Fernanda	37 anos	Subprocuradora-Geral do MPM	Ingressou no MPM em 2011; autora de obra sobre jurisdição militar; indicação apoiada por $\frac{2}{3}$ do Conselho Superior do MPM.

O Senado realizou arguição pública em sessão conjunta da CCJ e, em votação secreta no Plenário, aprovou **todos os quatro nomes** por maioria absoluta.

Considerando o Regimento Interno do STM e a sistemática constitucional sobre nomeação de Ministros civis do STM, **julgue os itens a seguir.**

30. A indicação da Doutora Luciana não é válida, pois a exigência de “notório saber jurídico e conduta

ilibada, com mais de dez anos de efetiva atividade profissional” atende com 12 anos de atuação na advocacia, mas não possui idade mínima para o cargo.

31. Tendo em vista o limite constitucional de 75 anos para a aposentadoria compulsória de magistrados, o Presidente da República pode nomear para vaga civil do STM advogado com 74 anos de idade, desde que o exercício efetivo da função não ultrapasse um ano antes da compulsória.

**LEI Nº 8.112/1990 (REGIME JURÍDICO ÚNICO).
LEI Nº 9.784/1999 (PROCESSO
ADMINISTRATIVO). LEI Nº 11.416/2006
(CARREIRAS DO PODER JUDICIÁRIO)**

Fabiano Pereira

32. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

Após se aposentar, o agente público fica livre das sanções previstas no conjunto de normas disciplinares estipulado pela Lei nº 8.112/1990.

33. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No contexto da prescrição aplicada à ação disciplinar, a Lei nº 8.112/1990 determina que o início de um processo disciplinar suspende a contagem do prazo prescricional, permanecendo assim até que seja emitida a decisão definitiva pela autoridade competente.

34. De acordo com a Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, julgue o item a seguir.

No que se refere ao processo administrativo disciplinar, a Lei nº 8.112/90 estabelece que é obrigatória a instauração de processo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 dias.

35. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

No âmbito do processo administrativo, será seguido, entre outros princípios, o de impulsão procedimental pela iniciativa dos interessados, sendo proibida a tramitação automática por iniciativa exclusiva da Administração Pública.

36. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

Têm legitimidade para atuar como interessados no processo administrativo as organizações e as associações representativas, quando se trata de direitos ou interesses difusos.

37. Segundo a Lei nº 9.784/1999 – Lei de Processo Administrativo – julgue o item a seguir.

Em situações excepcionais e por razões significativas devidamente fundamentadas, será possível a avocação temporária de competência originalmente designada a uma instância subordinada na hierarquia.

38. Conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006, julgue o item a seguir.

O Adicional de Qualificação (AQ) será calculado com base no vencimento básico do servidor, aplicando-se os seguintes percentuais: 10% (dez por cento) para portadores de título de Doutor, 12,5% (doze vírgula cinco por cento) para aqueles com título de

Mestre e 7,5% (sete vírgula cinco por cento) para servidores que possuam certificado de Especialização.

39. Conforme dispõe a Lei nº 11.416/2006, julgue o item a seguir.

Cada órgão deverá reservar, no mínimo, 80% (oitenta por cento) do total das funções comissionadas para servidores pertencentes às Carreiras dos Quadros de Pessoal do Poder Judiciário da União. As demais funções poderão ser atribuídas a servidores ocupantes de cargos efetivos que não integrem essas carreiras ou a titulares de empregos públicos, desde que atendam aos critérios de qualificação e experiência estabelecidos em regulamento.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 351/2020

Tiago Zanolla

40. Configura assédio moral, para fins da Resolução n.º 351/2020, toda e qualquer conduta abusiva que degrade relações socioprofissionais, desde que o agente atue com intenção inequívoca de causar dano à vítima.

41. A Resolução CNJ n.º 351/2020 admite o recebimento de denúncia anônima de assédio moral, desde que o canal institucional assegure a confidencialidade dos dados eventualmente fornecidos pela pessoa denunciante.

42. Tribunais classificados pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias como “de pequeno porte” não são obrigados a instituir Comissão de Prevenção e Enfrentamento de Assédio e Discriminação, mas, caso optem por criá-la, devem fazê-lo no mesmo prazo máximo de 45 dias previsto para os demais tribunais.

43. Para atender ao critério de “diversidade de gênero”, a Presidência do tribunal deve, obrigatoriamente, indicar ao menos uma mulher e uma pessoa da população LGBTQIA+ para cada comissão constituída, sob pena de nulidade da instalação.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 400/2021

André Rocha

Sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário disposta pela Resolução CNJ nº 400/2021, julgue as assertivas a seguir.

44. Os órgãos do Poder Judiciário devem adotar medidas para a elaboração de inventário, redução e compensação de emissões de gases de efeito estufa (GEE) resultantes de seu funcionamento com a finalidade de alcançar a neutralidade de carbono até o ano de 2030.

45. Uma das competências da comissão gestora é a de elaborar o Plano de Logística Sustentável (PLS) em conjunto com as unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS.

RESOLUÇÃO DO CNJ Nº 401/2021

Ricardo Torques

46. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

A implementação de medidas que visem à promoção da acessibilidade e inclusão tem como premissas a adoção da adaptação razoável, como regra geral, e do desenho universal, quando justificável.

47. Considerando a Resolução nº 401, de 16 de junho de 2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, julgue o item que se segue.

Nos concursos do Poder Judiciário, é vedado o estabelecimento de qualquer espécie de cláusula de barreira para os candidatos enquadrados como pessoas com deficiência, bastando o alcance de nota 20% inferior à nota mínima estabelecida para aprovação dos candidatos da ampla concorrência, ou nota 6,0 para os concursos da magistratura, para que sejam admitidos nas fases subsequentes.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

48. As organizações possuem valores éticos que orientam suas ações, decisões e cultura organizacional.

Acerca da Lei nº 8.429/1992 e suas alterações e atos de improbidade administrativa, julgue os itens abaixo.

49. Não configura improbidade a ação ou omissão decorrente de divergência interpretativa da lei, baseada em jurisprudência, ainda que não pacificada, mesmo que não venha a ser posteriormente prevalecente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.

50. As disposições da Lei nº 8.429/1992, que trata dos atos de improbidade, aplicam-se, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposa e intencionalmente para a prática do ato de improbidade.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**NOÇÕES DE DIREITO PENAL E DE DIREITO
PROCESSUAL PENAL***Renan Araujo*

51. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

Nos crimes permanentes o momento consumativo se prolonga no tempo, atraindo a aplicação da lei vigente ao tempo do término da permanência, ainda que mais grave que aquela vigente no momento do início da permanência.

52. Acerca da lei penal no tempo e no espaço, julgue o item a seguir:

Em razão do princípio da territorialidade, aplica-se a lei brasileira aos crimes cometidos a bordo de aeronaves e embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar.

53. Sobre os crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir:

Praticado o crime de furto simples à noite e em situação de repouso noturno, restará configurada a majorante do repouso noturno, desde que as vítimas estejam dormindo no momento do crime.

54. Acerca dos crimes contra a administração pública, julgue o item a seguir:

Em determinada abordagem a um cidadão no Fórum, o agente de polícia judicial Sérgio foi ofendido, sendo chamado de “pau mandado” e “otário”. Nesse caso, o infrator deverá responder pelo crime de injúria, e não por desacato, pois a norma do art. 331 do Código Penal, que tipifica o crime de desacato, não foi recepcionada pela Constituição de 1988, conforme entendimento do STF.

55. Acerca dos crimes contra a administração da Justiça, julgue o item seguinte:

O crime de exploração de prestígio possui natureza de crime formal, sendo desnecessário o efetivo recebimento da vantagem para sua consumação.

56. Acerca dos crimes contra a fé pública, julgue o item seguinte:

A falsificação de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) ou de Carteira de Habilitação de Amador (CHA) configura crime de falsificação de documento particular.

57. Sobre os crimes contra a administração da Justiça, julgue o item a seguir:

A conduta daquele que assume sozinho a autoria de crime praticado em concurso com outros agentes configura o crime de autoacusação falsa de crime.

Texto-base para os itens 58 a 60:

Situação hipotética: Roberto, Agente de Polícia Judicial, foi acionado pelo Diretor de Secretaria de uma das Varas localizadas no Fórum, pois um cidadão, revoltado com a decisão desfavorável em determinado processo, havia quebrado uma das portas do local e estava agredindo o funcionário que o estava atendendo no balcão. Ao chegar ao local, Roberto imobilizou o agressor e deu voz de prisão em flagrante.

Atento ao caso narrado, julgue os itens a seguir:

58. Assertiva: no caso em tela, houve flagrante impróprio.

59. Assertiva: A autoridade policial ouvirá primeiramente o condutor e colherá, desde logo, sua assinatura, entregando a ele cópia do termo e recibo de entrega do preso. Em seguida, ouvirá as testemunhas e, por fim, interrogará o preso.

- 60.** Assertiva: caso a infração tenha deixado vestígios, o exame de corpo de delito não poderá ser dispensado, ainda que o preso confesse a prática do crime em sede policial.

SEGURANÇA DE DIGNITÁRIOS

Alexandre Herculano

Julgue o item abaixo com base na Segurança de Dignitários.

- 61.** Na análise de riscos para segurança de dignitários, o método CARVER é aplicável apenas para avaliação de ameaças físicas, não sendo adequado para ameaças cibernéticas.

Segundo as doutrinas atuais sobre segurança de dignitários levando em consideração o itinerário planejado, julgue o item.

- 62.** O princípio do "círculo de segurança" na proteção de dignitários estabelece que quanto mais próximo do protegido, maior deve ser o nível de confiança e menor o número de pessoas autorizadas.

Julgue o item abaixo com base na Segurança de Dignitários.

- 63.** No planejamento da segurança de dignitários, a rotina do protegido deve ser mantida rigorosamente inalterada para evitar suspeitas, mesmo que isso implique em riscos previsíveis.

Quanto à segurança de dignitário julgue o item.

- 64.** Em operações de segurança de dignitários, a utilização de equipamentos de comunicação criptografados elimina completamente a necessidade de códigos verbais ou gestuais entre os agentes.

Julgue o item abaixo com base na Segurança de Dignitários.

- 65.** Na proteção de dignitários, a segurança cibernética é relevante apenas para figuras políticas de alto escalão, sendo dispensável para executivos corporativos ou celebridades.

Julgue o item abaixo com base na Segurança de Dignitários.

- 66.** No planejamento de contingências para segurança de dignitários, cenários de desastres naturais podem ser desconsiderados, pois não representam ameaças intencionais.

Quanto à segurança de dignitário julgue o item.

- 67.** Na análise de riscos para segurança de dignitários, a avaliação psicológica do protegido é irrelevante e deve ser desconsiderada no planejamento de segurança.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

- 68.** Na análise de riscos para segurança de dignitários, o "princípio de Pareto" (regra 80/20) não é aplicável devido à natureza imprevisível das ameaças.

Julgue o item abaixo com base na análise de risco.

- 69.** Na análise de riscos para segurança de dignitários, o método de "Análise de Modos de Falha e Efeitos" (FMEA) é aplicável apenas para avaliação de falhas em equipamentos de segurança.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

70. Na análise de riscos para segurança de dignitários, o conceito de "risco aceitável" implica que certos níveis de ameaça podem ser totalmente ignorados no planejamento de segurança.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

71. Na metodologia de planejamento de segurança, a análise de riscos é uma etapa opcional que pode ser omitida se a organização já tiver um histórico de incidentes de segurança bem documentado.

Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue os itens subsecutivos.

72. No planejamento de contingências para segurança de dignitários, o "plano de comunicação de crise" é considerado um elemento secundário, focado principalmente em relações públicas após um incidente.

Julgue o item com relação ao planejamento de contingências.

73. No planejamento de contingências para segurança de dignitários, o conceito de "resposta gradual" é considerado obsoleto e foi substituído por abordagens de resposta imediata máxima.

Julgue o item com relação ao planejamento de contingências.

74. O Planejamento de Contingências é um processo dinâmico que deve ser revisado regularmente para garantir a eficácia diante de novos desafios e mudanças no ambiente empresarial.

Julgue o item com relação ao planejamento de contingências.

75. O planejamento de contingências é essencial para garantir a resiliência organizacional. Assim, a eliminação de todos os riscos identificados é um componente típico do planejamento de contingências.

Segundo as doutrinas atuais sobre segurança de dignitários levando em consideração o itinerário planejado, julgue o item.

76. A princípio o itinerário alternativo deve ser o mais seguro possível, escolhido prioritariamente através de um planejamento adequado e do consequente reconhecimento do percurso.

Quanto à segurança de dignitário julgue o item.

77. O agente de segurança aproximado, conhecido como "mosca", é responsável pela varredura do local; deve deslocar-se à frente do veículo do dignitário estrangeiro, em tempo variável, com a finalidade de neutralizar ou remover a aglomeração de curiosos, evitando riscos e perigo.

Quanto à segurança de dignitário julgue o item.

78. Durante evento de inauguração das novas instalações do Tribunal Regional Federal, foi identificado possível artefato explosivo próximo ao palanque onde se encontra o dignitário. A providência a ser adotada pela equipe de segurança é cobrir a autoridade e permanecer no local.

Quanto à segurança de dignitário julgue o item.

79. Para o sucesso das atividades de segurança de dignitários e mediante planejamento prévio, é realizada uma avaliação dos riscos envolvidos em cada evento, estabelecendo-se uma referência para as ações a serem adotadas. Esta avaliação é realizada pela equipe de planejamento e precursora, porém tal avaliação pode ser renovada a qualquer momento, levando em conta novos acontecimentos ou mudanças do cenário previamente estudado

Com relação às ações necessárias para um planejamento eficaz, eficiente e efetivo do sistema de segurança, julgue o item que se segue.

80. O grau de risco reduzido é aquele em que o protegido está sujeito aos riscos inerentes ao cargo que ocupa.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

81. Risco difere conceitualmente de ameaça pelo fato de, em ocorrendo o evento não desejado, no caso do risco poderá ou não haver uma perda; já com relação à ameaça, a perda é real e ocorrerá em função do evento não desejado.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

82. Em segurança, na esfera da análise de riscos, o diagnóstico formal deve apontar, dentre outros aspectos as vulnerabilidades e deficiências identificadas nos diversos segmentos institucionais.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

83. O prognóstico é uma das ferramentas a ser executada na análise de riscos, fornecendo a avaliação da situação pregressa da área a ser avaliada de uma empresa.

Sobre análise de riscos: riscos, ameaças, danos e perdas; diagnóstico e aplicação de métodos, julgue o item.

84. Não há como tratar de análise de riscos ou ameaças se não forem utilizadas ferramentas probabilísticas para a avaliação e determinação da ocorrência de eventos.

Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue os itens subsecutivos.

85. É um programa que comporta ações reativas às contingências, como a reação imediata, a reassunção das funções mais críticas e a recuperação de funções, até a restauração do processo normal pré-contingência.

SEGURANÇA ORGÂNICA

Alexandre Herculano

Julgue o item abaixo com base na Segurança de Áreas e Instalações.

86. A segurança da gestão das áreas e instalações envolve apenas a proteção física das mesmas, sem considerar aspectos tecnológicos que são da área da Segurança da Informação.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

87. O planejamento de segurança orgânica deve focar exclusivamente nas ameaças externas, negligenciando os riscos internos da organização.

Julgue o item abaixo com base na Segurança de Áreas e Instalações.

- 88.** Na segurança da gestão de áreas e instalações, a compartimentação física de espaços sensíveis elimina completamente a necessidade de controles de acesso lógicos em sistemas de informação.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

- 89.** No planejamento de segurança orgânica, a implementação de um programa de conscientização em segurança para funcionários é uma medida opcional que pode ser dispensada se houver controles técnicos suficientes.

Julgue o item abaixo com base nos Conceitos da Atividade de Inteligência.

- 90.** As fontes de coleta de informações podem incluir dados abertos, informações confidenciais e inteligência humana.

Julgue o item abaixo com base nos Conceitos da Atividade de Inteligência.

- 91.** A comunicabilidade é um aspecto crucial para a efetividade das operações de inteligência.

Julgue o item abaixo com base nos Conceitos da Atividade de Inteligência.

- 92.** O serviço de inteligência deve priorizar o sigilo absoluto em todas as suas operações, independentemente das circunstâncias.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

- 93.** O método de extinção por resfriamento é eficaz para incêndios da classe A, onde a água pode ser utilizada para reduzir a temperatura do material em chamas.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

- 94.** A fumaça gerada em um incêndio é menos perigosa que as chamas, pois não causa queimaduras diretas.

Com relação ao Planejamento de Contingências, julgue os itens subsecutivos.

- 95.** Uma vez ocorrido um evento não desejado (ou crise), este passa a ser administrado através do programa de Gerenciamento de Crises, que deve ter como características: ações ágeis e eficientes e ao mesmo tempo transparentes, principalmente no que tange aos veículos de comunicação.

Julgue o item com relação ao planejamento de contingências.

- 96.** Os “4R” dos componentes do planejamento de contingências são: Resposta, Reassunção, Recuperação e Restauração.

Julgue o item com relação ao planejamento de contingências.

- 97.** Os Procedimentos Emergenciais têm como propósito determinar a probabilidade de ocorrência de eventos indesejados e suas consequências para a empresa.

Considerando que a segurança das áreas e instalações exige medidas adequadas à singularidade da atividade desenvolvida e ao perfil das vulnerabilidades organizacionais existentes, julgue o item a seguir, relativos à segurança corporativa estratégica.

- 98.** A teoria dos triângulos concêntricos considera medidas de segurança nas áreas adjacentes ao prédio protegido, incluindo, somente, as ruas e áreas internas.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

99. As barreiras para impedir o acesso físico de pessoas se aplicam aos perímetros externos, não se estendendo aos perímetros internos, cujas linhas de proteção são constituídas por outras ferramentas ou mecanismos, de acordo com a avaliação de risco do local.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

100. Em um órgão público as áreas classificadas como medianas, de regra, impõem o controle de acesso ao público devido sua elevada sensibilidade.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

101. O planejamento da segurança de um órgão compreende o nível estratégico, no qual se avalia a conjuntura política, social e econômica, e o nível tático-operacional, em que se apresentam as ações a serem adotadas.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

102. O conceito de modularidade no planejamento de segurança se refere à capacidade de dividir o plano em módulos independentes que podem ser ajustados sem afetar o todo.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

103. O faseamento no planejamento de segurança refere-se à divisão do plano em etapas sequenciais que devem ser seguidas rigidamente, sem possibilidade de ajustes durante a implementação para não quebrar a cadeia de análise.

Julgue o item com relação ao planejamento de segurança institucional.

104. As fases do planejamento de segurança podem variar de acordo com a metodologia adotada, mas geralmente incluem a avaliação de ameaças, definição de estratégias, implementação de medidas e monitoramento contínuo.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

105. De acordo com as normas brasileiras, todas as edificações comerciais e residenciais devem possuir sistemas de sprinklers para prevenção de incêndios.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

106. Segundo as normas brasileiras, é permitido utilizar escadas enclausuradas como única rota de fuga em edificações.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

107. De acordo com as normas brasileiras, as edificações devem possuir um sistema de alarme de incêndio que seja acionado automaticamente em caso de detecção de fumaça.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

108. As normas brasileiras recomendam a instalação de portas corta-fogo em todas as edificações, independentemente de sua ocupação e uso.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

109. O sistema de detecção de incêndio do tipo endereçável informa, com precisão, o local onde o incêndio ocorre na empresa.

Sobre o Prevenção e Combate a Incêndios, julgue os itens a seguir.

- 110.** De acordo com as normas brasileiras, é permitido bloquear as saídas de emergência durante eventos ou atividades em edificações para evitar que pessoas estranham entrem no órgão.

LEGISLAÇÃO RELACIONADA

Antônio Pequeno

- 111.** De acordo com a Lei nº 13.869/2019, julgue o item abaixo verificando se configura o crime de violência institucional.

Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo:

- 112.** De acordo com a Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, caso haja aplicação concomitante de pena de suspensão do exercício do cargo público na esfera penal e na esfera administrativa, prevalecerá a pena de maior extensão.

- 113.** Julgue o item abaixo em conformidade com a Lei 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências

- 114.** Julgue o item abaixo de acordo com a Lei Nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais).

Nas hipóteses de ser a pena de multa a única aplicável, o Juiz poderá reduzi-la até a metade.

- 115.** De acordo com a Lei nº 10741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) é assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

- 116.** De acordo com a Lei nº 5.553/1968 e suas alterações (apresentação e uso de documento de identificação pessoal), julgue o item abaixo:

Quando a infração for praticada por preposto ou agente de pessoa jurídica, considerar-se-á responsável quem houver ordenado o ato que ensejou a retenção, a menos que haja, pelo executante, desobediência ou inobservância de ordens ou instruções expressas, quando, então, será este o infrator.

- 117.** Nos termos da Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), aos residentes em áreas rurais, maiores de 25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para prover sua subsistência alimentar familiar será concedido pela Polícia Federal o porte de arma de fogo, na categoria caçador para subsistência, de uma arma de uso permitido, de tiro simples, com 1 (um) ou 2 (dois) canos, de alma lisa e de calibre igual ou inferior a 16 (dezesseis), desde que o interessado comprove a efetiva necessidade em requerimento.

- 118.** De acordo com a Resolução CNJ nº 383/2021, Integram o SInSIPJ, como órgãos de cúpula:

Conselho Nacional de Justiça, órgão central e de coordenação; Conselho da Justiça Federal; Conselho Superior da Justiça do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral; Superior Tribunal Militar; Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal; e Tribunais de Justiça Militar dos Estados.

119. De acordo com a Resolução CNJ 435/2021, Os tribunais superiores, conselhos, tribunais de justiça, regionais federais, do trabalho, eleitorais e militares deverão instituir comissões permanentes de segurança, integradas por magistrados(as), inspetores(as) e agentes da polícia judicial.

120. De acordo com a Resolução CNJ 566/2024, que altera a Resolução CNJ nº 467/2022, que regulamenta, no âmbito do Poder Judiciário, o disposto nos arts. 6º, inciso XI, e 7º- A, ambos da Lei nº 10.826/2003, com as alterações promovidas pela Lei nº 12.694/2012, julgue o item abaixo:

Fica autorizada a aquisição pelos tribunais de armas de fogo de uso restrito e de suas munições no interesse da garantia da autonomia e da independência do Poder Judiciário, assim como da defesa nacional do estado democrático, nos termos do art. 13, inciso I, do Decreto nº 11.615/2023.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
